

Povos Indígenas no Brasil

Fonte CORREIO BRAZILIENSE Class.: 638
Data 22/12/83 Pg.: _____

ARQUIVO/CB



Otávio Lima defende a demarcação de terras

Funai denuncia: Estatuto do Índio não é cumprido

"O Estatuto do Índio é uma boa lei mas não é cumprido." A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Fundação Nacional do Índio, Otávio Ferreira Lima, durante a abertura da exposição permanente de artesanato indígena — Índio: Natureza e Cultura — no Centro de Convenções desta cidade, em comemoração aos dez anos do Estatuto do Índio.

Explicou Ferreira Lima que o Estatuto determinou um prazo de cinco anos desde a sua instituição, em 21 de dezembro de 1973, para a demarcação das terras indígenas. "No entanto — disse ele — este prazo não foi cumprido. Não posso dizer quais os motivos, mas acredito que um deles tenha sido a falta de recursos nas administrações passadas".

Assim, anunciou que no próximo ano a prioridade um de sua administração será a demarcação de terras. Segundo Ferreira Lima, no orçamento da União para 1984 não há recursos programados para isto. Desta forma, a Funai já recorreu ao Finsocial, da parte que cabe ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e à Seplan, pedindo a liberação de Cr\$ 1,5 bilhão. "Estou confiante — acrescentou — na liberação destes recursos. Além disso, vou recorrer aos projetos Carajás e Polonoroeste, para obter verbas que serão destinadas à demarcação de terras. Aliás este ano já recebemos dinheiro destes programas e extra-orçamentários." Disse ainda que a Funai deverá primeiramente demarcar as áreas de maior conflito, obedecendo os critérios de seus técnicos.

Com relação ao episódio de Cuiabá, quando no último dia 19 cerca de 60 índios invadiram a delegacia da

Funai e fizeram refém o coronel Darcy Alvares da Cunha, informou que as reivindicações e reclamações feitas pelos Bororos serão estudadas. Quanto às denúncias feitas contra o coronel Alvares Cunha elas serão apuradas por uma comissão de sindicância e qualquer que seja o resultado, Ferreira Lima, garantiu que tomará uma atitude.

CIMI

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) também divulgou ontem nota sobre os dez anos do Estatuto do Índio, denunciando o não cumprimento de seus artigos, especialmente o de número 65 que estipulava o prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas. "Menos de um terço das terras — diz a nota — estão demarcadas e mesmo estas estão sendo invadidas, sem que nada seja feito para garantir a posse ao índio".

Segundo o CIMI, neste período de dez anos "vários decretos, portarias e exposições de motivos foram feitos visando sepultar a esperança dos povos indígenas de terem suas terras asseguradas." Só neste ano, conforme a entidade, o Governo assinou um decreto alterando radicalmente o processo de demarcação, criando novos critérios que "relegam a segundo plano os direitos e interesses dos índios." E além disso, salientou, o Governo baixou um outro decreto no mês passado, assegurando às empresas particulares o direito de explorar as riquezas do subsolo das terras indígenas. Na opinião do CIMI, todas estas medidas governamentais "somadas à omissão e conivência da Funai, jogaram a maioria dos artigos do Estado ao chão."